

DEBATE SOBRE O PRIMEIRO ANO DO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE: *Política econômica**Um resultado notável e muitas incógnitas*⁶²

MARIO HENRIQUE SIMONSEN

A grande realização da política econômica brasileira em 1995 foi a redução da taxa de inflação a cerca de 20%. Para um país que desde 1980 vinha patinando em taxas anuais de inflação de três a quatro dígitos, esse é um resultado notável, capaz de explicar os altos índices de aprovação popular ao Governo Fernando Henrique Cardoso e a recuperação da imagem externa do país. O êxito da política de estabilização foi o resultado de uma administração macroeconômica coerente, baseada na desindexação e no ativismo monetário. A desindexação era parte da concepção inicial do Plano Real, tendo-se iniciado em 1º de julho de 1994, com a substituição da URV pela nova moeda legal. O ativismo monetário foi a solução encontrada para salvar um plano de estabilização que prometia um ajuste fiscal que não conseguiu cumprir e que abusara da âncora cambial no segundo semestre de 1994.

O Plano Real se baseava numa promessa de ajuste fiscal a ser cumprida em duas etapas: a de transição, a ser proporcionada pela criação do Fundo Social de Emergência e pelo Imposto Provisório sobre a Movimentação Financeira, e a definitiva, que seria o resultado das reformas constitucionais. As contas do setor público realmente fecharam com um superávit operacional de 0,5% do PIB em 1994, mas pelo impacto do aumento da receita, e não pela contenção de despesas. De fato, a eliminação do imposto inflacionário, o restabelecimento do crédito ao consu-

midor e os generosos aumentos do funcionalismo público federal superaqueceram a demanda a níveis insustentáveis. A inflação só pôde ser contida pela valorização cambial de 17% e pela abertura das importações. O preço, todavia, foi o aparecimento de déficits comerciais que projetavam déficits externos em conta corrente de 4% a 5% do PIB. A crise mexicana mostrou quão imprudente era contar com capitais externos de curto prazo para financiar tais déficits.

Era preciso, antes de mais nada, desaquecer a economia, e a solução ideal teria sido o prometido ajuste fiscal. Infelizmente, apesar de todo o discurso de austeridade, e apesar de a carga tributária bruta

US\$ 50 bilhões dissiam qualquer temor de crise cambial.

Infelizmente o ajuste macroeconômico via juros estratosféricos tem altos custos: inibição dos investimentos, crises de inadimplência, crises bancárias, aumento dos encargos da dívida pública. A resultante desses fatores adversos é uma taxa de crescimento econômico mediocre, de 3% a 4% ao ano. O que preocupa é que não parece haver melhor alternativa no horizonte visível, não pela lontidão

das reformas constitucionais, mas pela sua falta de densidade. Delas, a única que pode ajudar a resolver a questão fiscal é a reforma administrativa. A da previdência, tal como proposta, é apenas uma reforma defensiva, que evita

que o sistema entre em rotas de insolvência. O projeto de reforma tributária é um título à bisca de um enredo, e a privatização marcha em ritmo tão lento que sequer detém o crescimento da dívida pública.

Numa palavra, ao livrar-nos da hiperinflação, o Plano Real restabeleceu a respeitabilidade da economia brasileira. Mas para crescemos de 7% ao ano, como fizemos no período 1950-1980 e como hoje crescem os tigres asiáticos ainda há muitas equações a resolver, a primeira das quais é a do ajuste fiscal.

O PLANO REAL RESTAUROU A RESPEITABILIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA



MARIO HENRIQUE SIMONSEN é economista.